

TRIBUTAÇÃO DE RENDIMENTOS NO EXTERIOR (M5)

01 [455101] Dentre as alternativas abaixo, qual faria sentido para uma pessoa física investir 15 milhões de dólares diretamente no exterior ao invés de investir por uma offshore com estrutura opaca?

- a) Realizar uma aplicação financeira de longo prazo, no qual o rendimento será pago somente no resgate.
- b) Realizar diversas operações de renda variável, em diversos países, para que haja a possibilidade de compensação de prejuízos em ganhos futuros da mesma natureza.
- c) Investir em imóveis para recebimento de aluguel mensal.
- d) Para valores acima de 10 milhões de dólares, a offshore sempre é a melhor opção.



02 [455102] Rafael investiu R\$ 10.000.000,00 no exterior através de uma PIC (Private Investment Company). No entanto, ele está com uma dúvida: em qual momento ele será tributado? Você, um profissional CFP®, responderia que:

- a) os rendimentos oriundos de uma PIC são isentos de imposto de renda para pessoas físicas no Brasil.
- b) se tratando de uma PIC com estrutura opaca, ocorrerá todos os anos no ajuste da declaração anual do imposto de renda da pessoa física.
- c) toda vez que a PIC receber rendimentos ou lucro através de ganhos de capital, Rafael deverá fazer um pagamento do tributo através de carnê-leão.
- d) ocorrerá quando os rendimentos forem disponibilizados à pessoa física residente no Brasil.



03 [455103] Seu cliente pretende remeter um milhão de dólares da sua conta corrente no Brasil para uma offshore com regime “Opaca”, com o intuito de comprar uma casa nos Estados Unidos. Após a compra, ele deseja alugar este imóvel e remeter a renda dos dividendos de volta para o Brasil todos os meses. Desta forma, em relação ao imposto de renda dos recursos enviados ao Brasil, podemos afirmar que:

- a) por se tratar de dividendos, o investidor estará isento do imposto de renda.
- b) será recolhido na fonte o imposto de renda, com alíquota pela tabela progressiva do ganho de capital.
- c) o investidor deverá recolher o imposto de renda através de carne-leão, com alíquota pela tabela progressiva.
- d) o investidor deverá recolher o imposto de renda na sua DAA, com alíquota única de 15% sobre os lucros auferidos pela offshore.



04 [455104] A DCBE (Declaração de Capitais Brasileiros no Exterior) é obrigatória para pessoas físicas ou jurídicas que detenham ativos no exterior com valores acima de:

- a) 100 mil reais.
- b) 1 milhão de reais.
- c) 100 mil dólares
- d) 1 milhão de dólares



05 [455106] Rafael envia R\$ 1.000.000,00 para uma PIC (Private Investment Company) com estrutura transparente para a aquisição de um título de renda fixa zero cupom. Após dois anos, essa offshore resgata o título por R\$ 3.000.000,00. Sabendo que a PIC não distribuiu o lucro para a pessoa física de Rafael, qual será a tributação que ele pagará no Brasil, caso a taxa de câmbio esteja a mesma de quando fez a remessa?

- a) Zero.
- b) R\$ 300.000,00.
- c) R\$ 450.000,00
- d) R\$ 550.000,00



06 [455107] A DCBE (Declaração de Capitais Brasileiros no Exterior) é obrigatória para pessoas físicas ou jurídicas que detenham ativos no exterior com valores acima de 1.000.000,00 de dólares. Em relação aos que possuem mais de 100 milhões de dólares, a entrega desta documentação, obrigatoriamente, deverá ser:

- a) Mensalmente.
- b) Trimestralmente.
- c) Semestralmente.
- d) Anualmente.



07 [455109] Em março de 2024, um cliente comprou um imóvel nos Estados Unidos por USD 1.000.000,00, sendo que os valores para a sua aquisição, eram recursos advindos de uma herança recebida no exterior em janeiro do mesmo ano. Na data da compra do imóvel, a PTAX do período foi cotada em R\$ 5,00. Após cinco meses da aquisição do imóvel, a moeda brasileira sofreu uma grande desvalorização, sendo cotada a R\$ 7,00. Diante disso, o cliente lhe pergunta como ele será tributado caso haja a venda do imóvel. Desta forma, você lhe responde corretamente que:

- a) será através da tabela progressiva do ganho de capital, com alíquotas de 15% a 22,5%, sendo considerado a base tributária em reais.
- b) será tributado a alíquota fixa de 15%, sendo considerado a base tributária em reais.
- c) será através da tabela progressiva do ganho de capital, com alíquotas de 15% a 22,5%, sendo considerado a base tributária em dólares.
- d) será tributado a alíquota fixa de 15%, sendo considerado a base tributária em dólares.



08 [455110] A Declaração de Capitais Brasileiros no Exterior (DCBE) é obrigatória para pessoas físicas ou jurídicas que detenham ativos no exterior com valores acima de U\$ 1.000.000,00 (um milhão de dólares) no dia:

- a) 30 de abril e deverá ser entregue ao Banco Central.
- b) 30 de abril e deverá ser entregue a Receita Federal Brasileira.
- c) 31 de dezembro e deverá ser entregue ao Banco Central.
- d) 31 de dezembro e deverá ser entregue a Receita Federal Brasileira.



09 [455111] Antônio possuía uma conta corrente não remunerada nos Estados Unidos no valor de U\$ 100 mil, no qual foi constituída através de uma remessa de R\$ 400.000,00. Certo dia, voltando para casa, Antônio se accidenta de carro e vem a falecer. Sabendo que sua esposa era a única herdeira, o valor devido de imposto de renda com a transferência destes recursos para o Brasil, com o dólar a R\$ 4,00, será de:

- a) R\$ 60.000,00, pois a tributação ocorre sobre o valor total da repatriação.
- b) R\$ 110.000,00, pois a tributação ocorre sobre o valor total da repatriação.
- c) Zero, pois não houve ganho de capital.
- d) Zero, pois conta corrente não remunerada no exterior são isentas de imposto de renda.



10 [455113] Na DAA de 2024, um cliente declarou uma conta corrente não remunerada no exterior com saldo de USD 100.000,00, com a PTAX de compra de dezembro de 2023 a R\$ 4,0301. Durante o ano de 2024, a moeda brasileira se desvalorizou perante ao dólar, chegando a cotação do dólar PTAX de compra de fechamento do ano de 2024 a R\$ 5,1961. Desta forma, na DAA de 2025, o cliente:

- a) deverá declarar R\$ 116.600,00 em rendimentos isentos e não tributáveis, por se tratar de conta não remunerada no exterior.
- b) deverá recolher 15% de imposto de renda sobre o lucro da variação cambial e declarar em rendimentos sujeitos à tributação exclusiva/definitiva.
- c) deverá recolher através da tabela progressiva (0 a 27,5%) de imposto de renda sobre o lucro da variação cambial e declarar em rendimentos tributáveis recebidos de pessoa jurídica do exterior.
- d) não necessita declarar a variação cambial, apenas quando repatriar o valor.



11 [455114] No dia 30/04/2024, você adquiriu USD 10.000,00 em espécie a uma cotação do dólar a R\$ 4,2317. Após 6 meses, você decide não ir mais viajar para o exterior e com isso, vende os mesmos USD 10.000,00 a uma cotação de R\$ 5,0781. Desta forma, você deverá:

- a) declarar R\$ 8.464,00 em rendimentos isentos e não tributáveis, por se tratar de alienação em espécie de moeda estrangeira até o limite de USD 10.000,00.
- b) recolher R\$ 1.269,60 de imposto de renda sobre o lucro da variação cambial e declarar como ganho de capital.
- c) recolher através da tabela progressiva (0 a 27,5%) de imposto de renda sobre o lucro da variação cambial e declarar como rendimentos compensáveis.
- d) não necessita declarar a variação cambial, pois se trata de dólar turismo.



12 [455115] Podemos afirmar que o imposto de renda gerado sobre rendimentos recebidos de aplicações financeiras no exterior:

- a) deve ser recolhido pelo próprio contribuinte até o último dia útil do mês seguinte ao do recebimento no exterior, desde que o valor tenha sido remetido para o Brasil.
- b) deve ser recolhido pelo próprio contribuinte até o último dia útil do mês seguinte ao do recebimento no exterior, ainda que o valor não tenha sido remetido para o Brasil.
- c) deve ser recolhido pelo próprio contribuinte na Declaração do Imposto de Renda anual (DIR-PF), desde que o valor tenha sido remetido para o Brasil.
- d) deve ser recolhido pelo próprio contribuinte na Declaração do Imposto de Renda anual (DIR-PF), ainda que o valor não tenha sido remetido para o Brasil.



13 [455116] Com relação as aplicações financeiras no exterior, podemos afirmar que:

- a) os ganhos obtidos pelo resgate de aplicações financeiras estarão sujeitos ao imposto de renda que varia entre 15% e 22,5%, não sendo possível a compensação entre perdas e ganhos financeiros.
- b) os ganhos obtidos pelo resgate de aplicações financeiras estão sujeitos ao imposto de renda a alíquota fixa de 15%, sendo possível a compensação entre perdas e ganhos financeiros.
- c) os ganhos obtidos pelo resgate de aplicações financeiras estão sujeitos ao imposto de renda que varia entre 0% e 27,5%, não sendo possível a compensação entre perdas e ganhos financeiros.
- d) os ganhos obtidos pelo resgate de aplicações financeiras estão sujeitos ao imposto de renda que varia entre 0% e 27,5%, sendo possível a compensação entre perdas e ganhos financeiros.



14 [455117] Um investidor, residente nacional, investiu no dia 15/04/2024, USD 100.000,00 em um título público americano zero cupom, sendo que este valor foi através de uma remessa de recursos a R\$ 4,1232. Após 4 meses, em 12/08/2024, ele resgatou os títulos públicos com lucro de USD 5.000,00 para investir todo o valor na bolsa americana. No entanto, no dia 12/09/2024, após uma guerra se alastrar pelo leste europeu, dois fatores aconteceram: uma grande desvalorização do real perante ao dólar e uma queda nas bolsas internacionais. Diante dessas notícias, o investidor decide vender toda a sua posição em ações, totalizando um valor de USD 90.000,00. Considerando a PTAX do período da resgate dos títulos públicos em R\$ 5,3244 e do período das ações e, R\$ 6,1227, podemos afirmar que o imposto de renda considerado pela Receita Federal Brasileira foi de:

- a) R\$ 20.808,45
- b) R\$ 22.011,30
- c) Zero, pois ele teve uma perda em dólares.
- d) Zero, pois ele não repatriou este valor.



15 [455119] Em março de 2024, um cliente comprou ADRs por USD 1.000.000,00, sendo que os valores para a sua aquisição, eram recursos advindos de uma herança recebida no exterior em janeiro do mesmo ano. Na data da compra das ADRs, a PTAX do período foi cotada em R\$ 5,00. Após cinco meses da aquisição, a moeda brasileira sofreu uma grande desvalorização, sendo cotada a R\$ 7,00. Diante disso, o cliente lhe pergunta como ele será tributado caso haja a venda das ADRs. Desta forma, você lhe responde corretamente que:

- a) tabela progressiva, com alíquotas de 15% a 22,5%, sendo considerado a base tributária em reais.
- b) será tributado a alíquota fixa de 15%, sendo considerado a base tributária em reais.
- c) tabela progressiva, com alíquotas de 15% a 22,5%, sendo considerado a base tributária em dólares.
- d) alíquota fixa de 15%, sendo considerado a base tributária em dólares.



16 [455121] Com relação aos regimes “Opaco” e Transparente das offshores, as estruturas opacas são mais adequadas para investidores que:

- a) desejam um regime simplificado de declaração dos seus bens internacionais.
- b) possuem uma carteira de investimentos com pouco fluxo de transações.
- c) não possuem estruturas de investimento muito pulverizadas.
- d) possuem uma carteira de investimentos simplificada e com baixa liquidez.



17 [455122] Segundo a lei nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023, não ficará sujeita à incidência do IRPF a variação cambial de:

I - Depósito em conta-corrente não remuneradas de instituição financeira no exterior reconhecida e autorizada a funcionar pela autoridade monetária do país em que estiver situada.

II - Depósitos em cartão de débito ou crédito no exterior.

III - Alienação de moeda estrangeira em espécie até o limite de US\$ 10.000,00 (dez mil dólares americanos) no ano-calendário equivalente.

Está correto o que se afirmar em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.



18 [455124] Com relação aos regimes “Opaco” e Transparente das offshores, as estruturas transparentes são mais adequadas para investidores que:

- a) possuem uma carteira de investimentos com grande fluxo de transações.
- b) investem em países que não possuem acordo de bitributação com o Brasil.
- c) possuem financiamentos ou empréstimos na estrutura offshore.
- d) desejam não ter tributação anual por ganhos não realizados.



19 [455128] Em 2024, Miguel, residente brasileiro, investiu USD 100.000,00 adquirindo 10.000 ações de uma empresa americana nos EUA, com recursos obtidos em dólares advindos do exterior. Na data da compra das ações, o dólar PTAX era cotado por R\$ 3,8713. Após 6 meses, Miguel decide vender metade da sua posição pelo valor de USD 15,00 cada ação. Considerando que a PTAX do período da venda foi de R\$ 4,3713, o imposto de renda considerado pela Receita Federal Brasileira foi de:

- a) R\$ 15.830,25
- b) R\$ 16.392,38
- c) R\$ 18.456,00
- d) R\$ 20.142,38



20 [303425] Guilherme possui ações de uma empresa brasileira no Brasil e ADRs de uma companhia nos EUA. Caso este investidor receba dividendos em ambas as posições, respectivamente, qual será a sua devida tributação?

- a) Isento em ambas.
- b) Isento e tabela progressiva (carne-leão).
- c) Tabela progressiva em ambas.
- d) Isento e 15%.



Gabarito

TRIBUTAÇÃO DE RENDIMENTOS NO EXTERIOR (M5)

01. A	
02. B	
03. D	
04. D	
05. B	
06. B	
07. A	
08. C	
09. C	
10. A	
11. B	
12. D	
13. B	
14. A	
15. B	
16. A	
17. B	
18. D	
19. D	
20. D	